

DATA-BASE 2024: Fórum e Cruesp têm reunião técnica em 6/5. Primeira negociação está marcada para 16/5

Salários, financiamento, permanência estudantil, condições de trabalho e estudo... Vamos à luta por nossas reivindicações!

Depois de protocolarmos a **Pauta Unificada de Reivindicações**, em 19/4, o Conselho de Reitores (Cruesp) deu retorno ao pedido de agendamento de reuniões, feito pelo Fórum das Seis. Já temos as seguintes datas:

- Em 6/5, às 14h, as equipes técnicas do Fórum e do Cruesp reúnem-se para discutir números, cenários e perspectivas.

- Em 16/5, às 16h, acontece a primeira mesa de negociação entre Fórum e Cruesp, desta vez com a presença dos reitores.

O agendamento é importante, pois a data-base das categorias é 1º de maio. A expectativa do Fórum é que as reuniões marquem o início de um diálogo proveitoso e que consiga avançar para o conjunto da **Pauta Unificada**, que traz reivindicações dos três segmentos: servidora(e)s docentes e técnico-administrativa(o)s, e estudantes. Composta de seis itens, com vários sub-itens, a **Pauta Unificada 2024** trata de salários, condições de trabalho e estudo,



permanência estudantil/gratuidade ativa, financiamento das instituições, entre outras. Confira a íntegra da pauta em <https://bit.ly/puf62024>

Fique de olho nas divulgações da sua entidade. Após a reunião técnica de 6/5, o Fórum divulgará um relato das discussões e, também, indicativos às categorias.

Porque nossa referência é maio/2012

Nos últimos anos, temos reivindicado a recuperação do poder aquisitivo de maio/2012. Mas, por que essa referência? Ocorre que maio/2012 é o mês em que os nossos salários alcançaram o maior poder de compra, em relação à reposição inflacionária, desde o início dos anos 2000.

Na Pauta Unificada deste ano, o item I – **‘Recomposição salarial e isonomia, já!’** – detalha o quanto perdemos para a inflação desde maio/2012. De acordo com os cálculos do Fórum, o índice de reposição necessário para recuperar o poder de compra daquele ano está estimado em **cerca de**

18%. Este percentual ainda pode ser alterado, para mais ou para menos, quando for divulgada a inflação de abril/2024. A reivindicação está apresentada assim:

- **Em maio/2024:** a inflação dos últimos 12 meses (estimada em 4%) + a metade do que faltar para voltarmos ao poder de compra de maio/2012 = **cerca de 11%**

- **Ainda em 2024,** pagamento do que faltar para voltar a maio/2012, ou seja, **cerca de 7%**.

minuto FORUM das seis

Na segunda edição do **‘Minuto Fórum das Seis’**, Márcio Moretto, da Adusp, apresenta os índices referentes à reivindicação salarial. Veja em: <https://bit.ly/3UJJDmNZ>

Na terceira edição, Milton Vieira do Prado Júnior, da Adunesp, fala sobre o financiamento das instituições, um dos itens da **Pauta Unificada** deste ano, especialmente importante por conta da reforma tributária em andamento. Confira em: <https://bit.ly/3QujQDW>

Acesse a versão online aqui



Frente Paulista denuncia ataques sistemáticos do governo de São Paulo aos serviços públicos e aos direitos da população

Ameaças de cortes na educação, troca de professores por IA, privatizações e violência policial são alguns exemplos

A Frente Paulista em Defesa do Serviço Público, coletivo composto por mais de 90 associações, sindicatos, federações, confederações, centrais e entidades representativas do funcionalismo público paulista, entre elas as do Fórum das Seis, está fazendo uma campanha contra os ataques do governo Tarcísio de Freitas aos serviços públicos.

Em texto sobre o assunto, a Frente ressalta que o atual governo do estado de São Paulo, liderado pelo governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) e seu vice, Felício Ramuth (PSD), vem avançando nos ataques aos serviços públicos e, conseqüentemente, retirando direitos da população. Não é novidade que a política defendida pelo governador estaria alinhada a lógicas privatistas, uma vez que seu projeto coaduna com o do ex-governo de Bolsonaro-Mourão, ou ao chamado bolsonarismo. Com apoio expressivo da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), Freitas-Ramuth têm colocado o estado de São Paulo sob uma tensão ainda maior do que a vivida durante os sucessivos governos do PSDB.

Exemplos das intencionalidades do atual governo podem ser encontrados no Projeto Plurianual Anual (PPA) 2024-2027, aprovado na Alesp em abril de 2023, cujos objetivos deixam explícita a forma de gestão pretendida. “Todo o PPA remete a um programa empresarial, com linguagem e jargões de mercado, que nada tem a ver com a administração pública”, destaca o material da Frente, passando a listar alguns dos ataques desferidos por Freitas-Ramuth desde o início da gestão.

ChatGPT: No que tange à educação, sob liderança do secretário e empresário Renato Feder, o governo tem adotado inúmeras estratégias de ataques, sempre com vistas à possibilidade de negócios. A mais recente investida foi o anúncio da substituição de professores pela ferramenta de inteligência artificial ChatGPT na produção de aulas digitais. Até o momento, o material era feito por professores chamados curriculistas, especialistas na produção de conteúdo. Em nota, a Secretaria de



Manifestação em frente à Assembleia Legislativa de São Paulo, em 28/11/2023, contra a privatização da Sabesp

Educação confirmou o uso da ferramenta para produzir as aulas digitais do terceiro bimestre dos anos finais do ensino fundamental (do 6º ao 9º ano) e do ensino médio.

Livros didáticos: No ano passado, a dupla Tarcísio/Feder chegou a anunciar a decisão de abrir mão dos livros didáticos impressos do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Em seu lugar, as escolas teriam à disposição apenas slides. A avalanche de críticas de educadores forçou o governo a voltar atrás.

Cortes na educação: No final de 2023, o governo enviou à Alesp a proposta de emenda constitucional (PEC) 9 que reduz o percentual mínimo de investimento em Educação de 30% para 25%. Atualmente em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) da casa, se aprovada, a PEC 9 implicará em diminuição de cerca de R\$10 bilhões anuais (valores de hoje) da educação pública paulista.

Escolas cívico-militares: Outra iniciativa danosa proposta pelo governador,

que tramita na Alesp por meio do projeto de lei complementar (PLC) 9/2024, é a criação do programa de escolas cívico-militares em âmbito estadual, uma proposta com a qual Tarcísio tenta ressuscitar a criticada ideia do governo Bolsonaro.

Privatizações: Um exemplo da perspectiva fundamentalmente mercadológica é o processo de privatização da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), cujo leilão está previsto para o segundo semestre. O projeto de lei 1.501/2023, aprovado na Alesp em dezembro de 2023, que autoriza a alienação da Sabesp, é objeto de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) ajuizada no Tribunal de Justiça (TJ-SP). Além da flagrante inconstitucionalidade da lei, pesquisas mostram que a maioria da população é contra a privatização, mas o governo segue seu projeto. Há ameaças de avanço na privatização dos transportes públicos, do Metrô, da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) e da Fundação Casa.

Venda de imóveis: Recentemente, o

governo do estado chegou a anunciar a venda de imóveis públicos na página da Secretaria de Gestão e Governo Digital (SGGD), retirada do ar após grande repercussão negativa. Dentre os imóveis anunciados estavam o prédio da administração do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual (Iamspe), a Pinacoteca, o Hospital das Clínicas, o Emílio Ribas, o Horto Florestal, o Jardim Botânico, a Estação Ecológica da Juréia e escolas da rede estadual.

Violência policial: No âmbito da segurança pública, sob comando de Guilherme Derrite, a violência da Polícia Militar (PM) deu uma guinada, afetando principalmente as periferias do estado. A alegada “Operação Escudo” já matou dezenas de pessoas e amedronta a população na Baixada Santista. No ano de 2023, a PM de São Paulo matou 34% a mais do

que em 2022, mais de uma morte por dia. Em abril deste ano, Tarcísio de Freitas deu início a ações que visam dar poder de investigação à PM, atualmente sob responsabilidade da Polícia Civil.

Desmonte da C&T: O atual governo leva adiante a política de ataque à ciência e tecnologias públicas, uma vez que não reverte e acentua o processo de desmonte dos Institutos Públicos de Pesquisa, muitos deles instituições centenárias que contribuem para a vanguarda da produção científica do estado.

Arrocho salarial: Por fim, denunciaremos os ataques ao conjunto do funcionalismo público estadual. Várias categorias de servidoras e servidores públicos acumulam expressivas perdas salariais e o governo se nega a negociar com as entidades representativas. Não recompor

salários é, na prática, redução salarial, medida que impactará, consequentemente, o acesso da população a direitos fundamentais das mais diversas áreas da administração pública.

Iamspe: O subfinanciamento das instituições também afeta as condições de trabalho, como no caso do Iamspe, que fornece atendimento aos beneficiários que contribuem com uma parcela de seus salários. O governo estadual deveria contribuir com 3% para a manutenção dos serviços, mas não vem cumprindo com sua obrigação. A falta de contratações e investimentos leva à precariedade no atendimento e os serviços têm perdido qualidade.

A Frente Paulista em Defesa do Serviço Público convoca o conjunto do funcionalismo e a população a defender os serviços públicos e nossos direitos!

1º de Maio: Um pouquinho de história

O 1º de Maio, Dia do Trabalhador e da Trabalhadora, foi celebrado em todo o mundo com atos e manifestações de rua, faixas e palavras de ordem em defesa de melhores condições de trabalho e de vida. No Brasil, somaram-se aos atos os docentes das Instituições Federais e de diversas universidades estaduais, municipais e distrital, em greve e/ou mobilizados e mobilizadas por melhores salários e em defesa da Educação pública.

Foi em 1889, durante o primeiro Congresso da Segunda Internacional Socialista, em Paris, que se discutiu o estabelecimento de um dia mundial de celebração da luta da classe trabalhadora. A atividade reuniu os principais partidos socialistas e sindicatos de vários países e tinha como objetivo

coordenar diferentes lutas pela extensão dos direitos civis e trabalhistas, contra o despotismo do sistema capitalista.

A primeira comemoração ocorreu em 1890 e foi definida em homenagem aos operários dos Estados Unidos, que haviam protagonizado, três anos antes, uma grande campanha por melhores condições de trabalho, com mais de 1.500 greves em todo o país. Uma das principais reivindicações era a garantia da jornada de oito horas diárias.

Manifestação em Brasília, em 1º/5/2024 (Foto de Eline Luz, imprensa do Andes-SN)

